

**RASTROS DE VIOLÊNCIA, LAMPEJOS DE MEMÓRIA: O TEOR
TESTEMUNHAL NO CONTO DE CÉSAR FIGUEIREDO “NUM OLHAR, UM
TALVEZ...”**

**TRACES OF VIOLENCE, GLIMMERS OF MEMORY: THE TESTIMONIAL
DIMENSION IN CÉSAR FIGUEIREDO’S SHORT STORY “NUM OLHAR, UM
TALVEZ...”**

João Paulo Costa Alves¹

Universidade Federal do Norte do Tocantins - UFNT

Resumo: Este artigo propõe uma reflexão teórico-analítica sobre o conceito de teor testemunhal como categoria hermenêutica aplicada à leitura de narrativas literárias que reelaboram experiências de violência, trauma e repressão política no contexto da ditadura civil-militar brasileira. Afasta-se de uma concepção restrita do testemunho como relato biográfico ou documental, compreendendo-o como uma operação textual e cultural inscrita nas estratégias de enunciação, nos procedimentos estéticos e nas escolhas ético-políticas da obra literária. O estudo fundamenta-se nas contribuições de Walter Benjamin (1987), especialmente na leitura da história “a contrapelo”, bem como nos estudos de Halbwachs (1990) e Pollak (1989) sobre memória, trauma a partir de Seligmann-Silva (2022) e insuficiência representacional no ponto de vista de Goldmann (1970). Metodologicamente, adota-se uma abordagem qualitativa e interpretativa, baseada na análise textual e discursiva. Conclui-se que o teor testemunhal constitui um instrumento crítico para a leitura da literatura como espaço de memória, resistência e disputa simbólica frente às narrativas oficiais.

Palavras-chave: Teor testemunhal; Ditadura civil-militar; Memória; Trauma.

Abstract: This article proposes a theoretical-analytical reflection on the concept of *testimonial tenor* as a hermeneutic category applied to the reading of literary narratives that rework experiences of violence, trauma, and political repression in the context of the Brazilian civil-military dictatorship. It departs from a restrictive conception of testimony as a biographical or documentary account, understanding it instead as a textual and cultural operation inscribed in strategies of enunciation, aesthetic procedures, and the ethical-political choices of the literary work. The study draws on the contributions of Walter Benjamin (1987), particularly his notion of reading history “against the grain,” as well as Halbwachs (1990) and Pollak’s (1989) studies on memory, trauma as discussed by Seligmann-Silva (2022), and representational insufficiency from Goldmann’s (1970) perspective. Methodologically, the article adopts a qualitative and interpretive approach based on textual and discursive analysis. It concludes that testimonial tenor constitutes a

¹ Doutorando em Linguística e Literatura pela Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT).

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-5937-2958>. E-mail: professor.joaopaulo@gmail.com Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7641885730938386>.

critical instrument for reading literature as a space of memory, resistance, and symbolic dispute in the face of official narratives.

Keywords: Testimonial tenor; Civil-military dictatorship; Memory; Trauma.

Submetido em 13/12/2025

Aprovado em 26/02/2026

Introdução

A ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) instituiu um regime de exceção marcado pela violência de Estado, pela suspensão de direitos e pela imposição de políticas de silenciamento que buscaram controlar a produção da memória coletiva sobre o período. Nesse contexto, a literatura emerge como um espaço privilegiado de resistência simbólica, no qual a escrita se converte em forma de enfrentamento às narrativas oficiais e de inscrição das experiências traumáticas no campo cultural. A chamada Literatura de Testemunho consolida-se, assim, como um conjunto de histórias que articulam memória, ética e política, dando voz às vítimas da repressão e tensionando as fronteiras entre história, ficção e verdade. Desdobrando esse debate, o conceito de teor testemunhal amplia o alcance analítico dessas produções ao permitir a identificação de marcas do testemunho em diferentes gêneros e formas discursivas, sobretudo ficcionais, evidenciando como a literatura reelabora o trauma histórico, denuncia a violência institucional e participa ativamente das disputas contemporâneas em torno da memória, da justiça e dos direitos humanos.

A persistente tensão entre o silenciamento institucional e a necessidade de elaboração do trauma histórico da ditadura impõe aos estudos literários o desafio de investigar formas narrativas que subvertam a amnésia coletiva. No entanto, ainda é lacunar a discussão sobre como a brevidade do conto contemporâneo opera não apenas como registro factual, mas como uma inscrição estética da barbárie na linguagem. Este artigo analisa o conto “Num olhar, um talvez...”, de César Alessandro Sagrillo Figueiredo, publicado em 2022 na coletânea *Contos da Guerra do Araguaia*, sob o prisma da representação da militância e da resistência política. A análise dialoga com as teorias sobre a narrativa curta (Cortázar, 2006) e fundamenta-se, prioritariamente, no conceito de teor testemunhal (Seligmann-Silva, 2010, 2023; Souza, 2024).

O objetivo principal deste trabalho é investigar como o conto mobiliza o teor testemunhal ao articular a memória afetiva de seus protagonistas aos eixos de repressão política e resistência simbólica. A relevância científica desta abordagem reside na ampliação do *corpus* da teoria do testemunho, evidenciando a potência do gênero conto para inscrever traumas históricos por meio de uma “insuficiência representacional” que desafia os discursos oficiais. Metodologicamente, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico e analítico-interpretativo. O artigo organiza-se em três seções: inicialmente, sistematiza-se o conceito de teor testemunhal; em seguida, discute-se o estatuto do conto como forma de resistência; por fim, examina-se a obra de Figueiredo a partir dos eixos formais, enunciativos, temáticos e ético-políticos que configuram sua força testemunhal.

1. Do Testemunho ao Teor Testemunhal

A discussão sobre o teor testemunhal no campo dos estudos literários brasileiros está intrinsecamente ligado às reflexões em torno da chamada Literatura de Testemunho no Brasil, cujo núcleo formador encontra-se nas narrativas produzidas a partir da experiência traumática da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) (Franco, 2003). Esse período histórico, marcado pela supressão de direitos, pela violência de Estado e pelo silenciamento sistemático de vozes dissidentes, gerou um conjunto expressivo de relatos que buscaram registrar, pela escrita, as marcas do trauma vivido. A promulgação do AI-5 (1968-1978), a intensificação da repressão e eventos emblemáticos como a Guerrilha do Araguaia (1972-1975), bem como a guerrilha urbana nos grandes centros (1968-1973), constituíram o cenário histórico que impulsionou a emergência dessas narrativas, nas quais memória, violência e resistência se articulam como elementos centrais, Figueiredo (2022 b).

Inicialmente, tais produções não eram compreendidas como pertencentes a um gênero literário específico, mas como relatos híbridos, situados numa zona de tensão entre literatura, história e política. Conforme aponta Salgueiro (2012), o debate em torno do testemunho desestabiliza fronteiras tradicionais entre estética e ética, verdade e ficção, realidade e representação, exigindo um diálogo interdisciplinar que envolve a literatura, a filosofia, a psicanálise, o direito, a sociologia e a história. Nesse contexto, o testemunho passa a ser entendido não apenas como relato factual, mas como uma forma singular de

inscrição da experiência traumática na linguagem, evidenciando as aporias da representação do passado e a dificuldade de dizer o indizível.

No contexto brasileiro, as discussões sobre a Literatura de Testemunho ganham força a partir da década de 1990, sobretudo em diálogo com os estudos sobre memória, trauma e as catástrofes do século XX. Já nos anos 2000, observa-se um deslocamento teórico importante, com a formulação e a sistematização do conceito de teor testemunhal, que amplia, mas não aprofunda o escopo analítico para além de um gênero literário específico. Essa reorientação conceitual é explicitada, primeiramente, por Márcio Seligmann-Silva em artigos como *O local do testemunho* (2010), nos quais o autor defende a análise dos traços testemunhais presentes em qualquer produção cultural, inspirando-se nos conceitos benjaminianos de “teor de verdade” e “teor coisal”.

Desenvolvi o conceito de “teor testemunhal” em outros textos (...) Para tanto, parti dos conceitos benjaminianos de “teor de verdade” (Wahrheitsgehalt) e de “teor coisal” (Sachgehalt) [...] e, por outro lado, da sua famosa frase, (...) “Nunca existiu um documento da cultura que não fosse ao mesmo tempo um [documento] da barbárie.” Benjamin, Walter. (...). Considero mais produtivo estudar os traços característicos deste teor testemunhal, que pode ser encontrado em **qualquer produção cultural**, do que falar em um gênero “literatura de testemunho”. Esta expressão, por outro lado, tem sido aplicada às obras programaticamente nascidas para testemunhar catástrofes no século XX. **Não considero errado falar em literatura de testemunho, mas creio que não devemos reduzir o estudo do teor testemunhal a esta produção específica** (Seligmann-Silva, 2010, p.20, grifo nosso).

Tal perspectiva é retomada e consolidada posteriormente no livro *História, Memória, Literatura: o testemunho na era das catástrofes*, organizado pelo autor em 2023, no qual o teor testemunhal é nomeado como uma categoria hermenêutica capaz de ler a obra literária como espaço de memória, resistência e denúncia da barbárie.

O conceito de teor testemunhal abre essa possibilidade de dentro dos estudos literários. O estudo desse elemento da obra literária não deve apagar ou reduzir a preocupação com o estudo das estratégias estético-poéticas que impregnam toda manifestação escrita. Um estudo que leva em conta o teor testemunhal deve, no entanto, conduzir a uma nova interpretação desses componentes. Toda obra de arte, em suma, pode e deve ser lida como um testemunho da barbárie (Seligmann-Silva, 2023, p. 12).

Em continuidade a esse debate, Abílio Pachêco de Souza (2024) amplia o alcance do conceito ao defini-lo como um conjunto de conteúdos e procedimentos que permitem a leitura crítica das relações de poder, da violência institucional e das disputas em torno dos direitos humanos, reafirmando sua aplicabilidade a múltiplos gêneros, estéticas e formas narrativas, inclusive ficcionais.

O teor testemunhal é qualquer conteúdo presente na obra (seja nas artes visuais, seja na literatura) que possibilite a análise, leitura ou interpretação de relações díspares de poder (capitalista, patriarcal, de gênero...); leituras da história a contrapelo, contra oficial; violência física, psicológica ou simbólica; ou cuja interpretação se insira no amplo contexto de debate dos direitos humanos (Souza, 2024, p. 19).

Souza (2024) indica que o teor testemunhal em suas diferentes expressões, traços ou faces pode manifestar-se em múltiplos trabalhos e gêneros, sendo possível identificá-lo em diversas histórias, inclusive no conto, o que permite mobilizar esse aporte testemunhal sobretudo quando o foco recai sobre eventos-chave dessa temática, tais como o terrorismo de Estado, a violência institucional, a tortura, a morte e os desaparecimentos políticos. Ademais, o autor destaca que essas temáticas podem ser abordadas de forma ampliada, uma vez que o teor testemunhal não se restringe à fidelidade estrita ao real, podendo envolver qualquer tipo de produção, ficcional ou não, bem como incorporar estéticas afirmativas, marginais, periféricas, entre outras.

Na tentativa de ampliar ainda mais essas definições, o teor testemunhal também configura um conjunto de traços formais, enunciativos, temáticos e ético-políticos inscritos em uma produção cultural que, independentemente de sua classificação genérica (ficcional, documental, híbrida), reelabora experiências históricas de violência, trauma ou exclusão, instaurando uma leitura crítica das relações de poder, das narrativas oficiais e dos regimes de verdade vigentes, por meio de estratégias de linguagem marcadas pela insuficiência representacional, pela fragmentação e pela tensão entre dizer e silenciar.

Essa ampliação discursiva mostra-se operatória na medida em que se afasta de uma concepção estritamente biográfica do testemunho, a exemplo da Literatura de Testemunho canônica. O testemunho, nessa perspectiva, não é compreendido como atributo exclusivo do autor enquanto sujeito empírico que vivenciou diretamente ou que testemunhou como testis um evento narrado, mas como uma operação textual e cultural, inscrita na materialidade da obra e nas estratégias de enunciação que ela mobiliza.

Além disso, a expansão discursiva de teor testemunhal não se restringe ao registro factual ou documental. Ele pode manifestar-se em obras ficcionais, desde que estas promovam a reelaboração de traumas coletivos, disputem narrativas históricas hegemônicas e exponham violências de ordem estrutural, sejam elas físicas, simbólicas ou institucionais. Nesse sentido, a ficcionalização não anula o teor testemunhal; ao contrário, pode constituir-se como uma de suas formas privilegiadas de emergência, sobretudo em contextos de censura, silenciamento ou repressão.

Outro aspecto central da definição reside em sua capacidade de articular dimensões formais, éticas e políticas. O teor testemunhal não se localiza apenas no conteúdo temático do texto, mas também, e sobretudo, nas formas de dizer, nas escolhas estéticas e nos dispositivos narrativos que evidenciam a tensão entre experiência e representação, bem como nas finalidades críticas que orientam a produção e a recepção da obra.

Logo, o teor testemunhal opera como uma categoria hermenêutica, funcionando como chave interpretativa para a leitura de diferentes produções culturais, e não como um rótulo genérico ou classificatório. Trata-se, portanto, de um instrumento analítico que permite apreender modos específicos de inscrição da memória, do trauma e da violência na linguagem, sem reduzir tais manifestações a um gênero literário fechado.

Esta análise assume um caráter complementar e evolutivo ao fundamentar-se na matriz teórica de Walter Benjamin. Sob a perspectiva da análise textual, a discussão sistematiza onde localizar o *teor*, especificamente nos traços formais, enunciativos e ético-políticos, introduz o conceito de insuficiência representacional. Assim, o teor testemunhal deixa de ser apenas o tema da obra (sobre o que se fala) para tornar-se uma questão de forma: manifesta-se no modo como a linguagem falha ou se fragmenta ao confrontar o indizível do trauma.

Para fins de análise, consideramos que uma obra apresenta teor testemunhal quando manifesta, de modo articulado, ao menos três dos seguintes eixos analíticos:

- a) Eixo formal, caracterizado por procedimentos como a fragmentação narrativa, a presença de lacunas, silêncios e elipses, a descontinuidade temporal e a polifonia assimétrica, recursos que expressam o descompasso entre a experiência traumática e sua possibilidade de representação;
- b) Eixo enunciativo, marcado pela emergência de vozes subalternizadas ou deslocadas, por formas de mediação instáveis, situadas na fronteira entre jornalismo, memória e

ficção e por uma enunciação atravessada pela consciência do “não poder dizer”, isto é, pela insuficiência da linguagem diante da violência narrada;

c) Eixo temático, no qual se destacam a representação da violência de Estado, da repressão política, do desaparecimento forçado e da tortura, bem como experiências de censura, exílio e clandestinidade, em que o trauma individual se apresenta como sintoma de uma experiência coletiva mais ampla; e,

d) Eixo ético-político, que se expressa na contestação dos discursos oficiais, na leitura da história “a contrapelo”, nos termos benjaminianos, e na inscrição da obra no debate contemporâneo sobre memória, justiça e direitos humanos.

Esses eixos analíticos não operam de forma isolada, mas encontram respaldo e detalhamento em abordagens que buscam identificar, na materialidade da obra literária, os traços recorrentes do testemunho. Nesse sentido, a sistematização proposta por Salgueiro (2012) contribui para especificar como o teor testemunhal se manifesta concretamente no texto, ao elencar elementos formais, enunciativos, temáticos e ético-políticos que, articulados entre si, permitem reconhecer a inscrição da experiência traumática, da memória histórica e da resistência na literatura.

Com vista a construir distinções, evidenciamos o elucidativo artigo de Salgueiro (2012, p. 292-293) com o título “O que é Literatura de Testemunho”, em que o autor apresenta doze traços recorrentes, quais sejam: 1) uso da primeira pessoa, 2) compromisso com a sinceridade, 3) desejo de justiça, 4) vontade de resistência, 5) primazia do valor ético sobre o estético, 6) centralidade de um evento coletivo, 7) presença do trauma físico e psíquico, 8) possibilidade de rancor e ressentimento quando o luto não se elabora, 9) vínculo estreito com a história, 10) sentimento de vergonha, 11) culpa do sobrevivente e 12) reconhecimento da impossibilidade de representação plena do vivido, que também podem ser lidos a partir do olhar das manifestações do teor testemunhal. No tocante ao teor testemunhal, de modo ampliado, as marcas testemunhais permitem compreender essas leituras da história a contrapelo, mesmo em textos permite compreender esses doze pontos como procedimentos e marcas textuais por meio dos quais a literatura testemunha a barbárie, reinscreve o trauma na linguagem e possibilita leituras da história a contrapelo, sobretudo em textos ficcionais, deslocando o foco da fidelidade estrita do real para a potência crítica e memorial da forma literária.

Nas últimas décadas, o interesse acadêmico pelo testemunho tem crescido, impulsionado por debates que tensionam as fronteiras entre estética e ética, verdade e

ficção. Trata-se de um campo interdisciplinar, que articula os estudos literários a áreas como filosofia, psicanálise, história, sociologia e direito. Segundo Renato Franco (2003, p.357), após o AI-5 (1968-1978), a censura do regime militar interferiu intensamente na vida cultural, reprimindo obras de oposição e silenciando sobretudo o meio estudantil. Nesse contexto, o autor identifica o chamado “romance da desilusão urbana” (Franco, 2003), representado por obras como *Engenharia do casamento* (E. Nascimento, 1968), *Bebel que a cidade comeu* (I. L. Brandão, 1968), *Quarup* (A. Callado, 1967) e *Pessach: a travessia* (C. H. Cony, 1970). No início dos anos 1970, a literatura enfrenta um “esquecimento forçado”, com a poesia marginal e romances como *Os novos* (L. Vilela, 1971), *Combati o bom combate* (A. Quintella, 1971) e *Bar Don Juan* (A. Callado, 1974). Franco (2023, p.359) define esse conjunto como expressão de uma “cultura da derrota”, marcada pela vigilância, pela despolitização e pelo controle censor.

Estudos como os de Figueiredo (2022b) evidenciam que essas obras dialogam com a tradição do *Testimonio* latino-americano, incorporando procedimentos de denúncia e de enfrentamento às narrativas oficiais do regime militar. No entanto, mais do que se restringirem a uma configuração genérica específica, tais produções também podem ser compreendidas a partir da presença de um teor testemunhal, que se manifesta como estratégia estética, enunciativa e ético-política. Nessa perspectiva, a literatura afirma-se como espaço de vocalização de experiências silenciadas e de disputa da memória histórica, ao reinscrever a violência de Estado e o trauma coletivo em formas ficcionais. Assim, o teor testemunhal consolida-se como uma ferramenta crítica fundamental para compreender como a literatura brasileira reelabora e transmite as marcas do trauma histórico, estendendo o debate para além do testemunho canônico e reforçando sua relevância nos campos da memória, da ética e da formação leitora.

2. O conto “Num olhar...”: uma narrativa entre o afeto e a resistência

A narrativa, enquanto forma de organização discursiva da experiência humana no tempo, constitui-se como um dos modos mais antigos de construção de sentido, articulando acontecimentos, personagens e conflitos a partir de uma perspectiva situada (Todorov, 2011). No âmbito da literatura, o conto destaca-se como uma narrativa breve, caracterizada pela concentração estrutural, pela economia de meios expressivos e pela intensidade de efeito, conforme define Cortázar (2006), ao afirmar que o conto deve produzir um impacto único e decisivo no leitor. Para Gotlib (2006), trata-se de uma forma

narrativa que privilegia a unidade de ação e a sugestão, operando muitas vezes com elipses e silêncios que ampliam sua densidade simbólica. Nesse sentido, o conto configura-se como um espaço privilegiado para a articulação entre o individual e o coletivo, o íntimo e o histórico, possibilitando a inscrição de experiências subjetivas em contextos sociais mais amplos, aspecto fundamental para a análise de narrativas que dialogam com a memória, a violência de Estado e os processos de resistência.

Nesse horizonte teórico, a produção intelectual de Cesar Alessandro Sagrillo Figueiredo insere-se de modo coerente na interface entre narrativa, memória e política, ao mobilizar a literatura, especialmente as formas breves e testemunhais, como instrumento de compreensão das experiências históricas traumáticas. Professor de Ciência Política na Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), com doutorado e mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e estágios pós-doutorais nas áreas de teoria literária e literatura de testemunho, o autor constrói uma trajetória interdisciplinar que articula análise política e interpretação literária. Suas pesquisas concentram-se na memória da ditadura civil-militar brasileira, com ênfase na Guerrilha do Araguaia e nos processos de justiça de transição, privilegiando narrativas que emergem de sujeitos historicamente silenciados. Ao assumir a literatura como espaço de inscrição simbólica do trauma e da resistência, sua produção estabelece uma ponte entre a reflexão teórica sobre a narrativa, enquanto forma de organização da experiência, e a elaboração ficcional de eventos históricos traumáticos, evidenciando o potencial do conto como dispositivo estético e político de preservação da memória coletiva e de problematização das violências de Estado.

Em “Num olhar, um talvez...”, o autor César Alessandro Sagrillo Figueiredo revisita os anos mais repressivos da ditadura civil-militar brasileira a partir de um viés pouco explorado pela historiografia oficial por meio da ficção: o cruzamento entre a militância política, a vida íntima e a memória afetiva. O conto, publicado em 2022 na coletânea *Contos da Guerra do Araguaia*, de Luiza Helena Oliveira da Silva e Dernival Venâncio Ramos Jr., articula com sensibilidade e densidade histórica a trajetória de dois jovens militantes: Beatriz e Saulo, cujas vidas e afetos foram atravessados pela repressão do Estado e pelos ideais revolucionários dos anos 1960 e 1970.

O conto está ancorado em fatos históricos reais, principalmente aqueles ocorridos entre 1968 e 2002. A narrativa se inicia no calor dos movimentos estudantis de 1968, retratando com precisão os bastidores do Congresso da UNE em Ibiúna, brutalmente

reprimido pelo regime militar, o que culmina na prisão em massa de estudantes. A repressão recrudesce com o AI-5, marco da escalada autoritária do regime, como se pode notar neste trecho:

Eram noites de intermináveis reuniões nos idos de 1968. Havia ainda algumas esperanças no ar, talvez, pensavam que pudessem rearticular o movimento estudantil através da UNE [...] estavam na iminência de realizar o 30º Congresso da UNE, ainda em local não revelado, pois a repressão estava à espreita [...] (p.16).

A história individual de Saulo e Beatriz é moldada pela história coletiva da repressão política, o que confere à narrativa um tom de crônica política e afetiva da ditadura brasileira. Os personagens principais são representantes típicos da juventude politizada dos anos 60, marcada por sonhos revolucionários, engajamento ideológico e tragédias pessoais. Eles pertencem a organizações diferentes e rivais, o que destaca também as tensões internas da esquerda da época, dividida entre distintas correntes marxistas e estratégias de luta: “... eram de organizações diferentes e rivais, mas as trocas de olhares e as discussões acaloradas fomentadas, igualmente, atçou os hormônios da juventude. Eram discussões políticas entremeadas pelos clássicos do marxismo” (p.16). O relacionamento amoroso entre os dois tensiona-se com a militância, sendo constantemente interrompido pela lógica da clandestinidade e da repressão. Há, nesse ponto, um forte traço da tradição literária da “vida interrompida” e da juventude sacrificada pela política.

A referência à Guerrilha do Araguaia insere a narrativa em um dos episódios mais violentos e silenciados da ditadura brasileira. O texto explicita o caráter desigual do embate entre militantes comunistas e o aparato militar, bem como o uso sistemático de tortura, desaparecimentos forçados e censura.

Em 1972, as forças repressivas descobrem os militantes comunistas na área estratégica – o Bico do Papagaio pega fogo em armas. As Forças Armadas foram implacáveis: prendendo, torturando, matando e [...] colocando o terror de Estado para a toda a região tocantina (p.18)

A literatura assume aqui um papel de denúncia e memória, revisitando um episódio que, por muitos anos, foi apagado ou omitido da história oficial. Após o desmantelamento da guerrilha, Saulo vai para o exílio. O retorno em 1979, com a chamada “autoanistia” dos militares, é carregado, pois, apesar do reencontro com o país,

o destino pessoal de Saulo e Beatriz permanece frustrado: “Saulo chega efusivo pelos portões do aeroporto (...) Traz no colo uma criança e está de mãos dadas com sua companheira chilena que conhecera no exílio. Beatriz troca olhares, abraça-o saudando pelo retorno e deseja tudo de bom para o casal [...] (p.19).

O exílio e a anistia são representados com ambiguidade: ao mesmo tempo que possibilitam a volta de exilados, carregam as marcas da impunidade dos agentes do regime e das vidas destruídas que não puderam ser plenamente reconstruídas.

Com o avanço dos anos, a narrativa incorpora elementos do Brasil pós-ditadura, com destaque para a eleição de Lula em 2002, vista como uma vitória simbólica dos movimentos sociais e da esquerda, da qual Beatriz e Saulo foram parte: “[...] Saulo, de igual modo, emocionado com a juventude que vibrava nas ruas como em 1968, encontra o olhar da antiga companheira” (p.19). O reencontro final, após 34 anos, é carregado de afetividade e esperança. A história dos dois é, ao fim, uma metáfora da trajetória da esquerda brasileira: cheia de rupturas, perdas, sacrifícios e um fio persistente de esperança.

O conto é narrado em terceira pessoa, com um tom que alterna entre a objetividade informativa da crônica histórica e a emotividade da memória individual. Há um equilíbrio entre o documento e o drama, entre o político e o íntimo:

Será que agora poderiam se reencontrar? [...] Beatriz troca olhares, abraça-o saudando pelo retorno e deseja tudo de bom para o casal na sua nova vida que se abria com a anistia possível. Mais uma vez, o destino não foi grato para os dois, pois passara novamente uma rasteira; nos olhares trocados ficaram apenas as lembranças do que viveram, melhor dito, do que poderiam ter vivido e não ocorreu por causa do terror ditatorial (p.18-19).

A construção cíclica da narrativa (1968-2002), a linguagem acessível e o lirismo afetivo aproximam o texto do teor testemunhal, recuperando o passado traumático com sensibilidade e implicação ética. A última cena, em que os dois se reencontram nas comemorações da vitória de Lula, representa mais do que um reencontro afetivo: é um ato de resgate da dignidade histórica de uma geração que resistiu à opressão. A resposta silenciosa ao garçom carrega a expectativa de um novo começo, não só para eles, mas para o país.

Nesse momento, passa um filme por suas cabeças: ditadura, Guerrilha do Araguaia, exílio, Nova República e, agora, um novíssimo Brasil que surge com muita esperança insistindo para que, finalmente, tudo dê certo. [...] Apenas os

olhos cúmplices de Beatriz e Saulo respondem reciprocamente: dessa vez, também com muita esperança, sim! (p. 19)

O conto articula a memória pessoal e coletiva como forma de resistência ao esquecimento e como instrumento de justiça histórica. A análise da narrativa revela como o conto entrelaça com sensibilidade a esfera íntima dos personagens à dureza dos fatos históricos. A história de Saulo e Beatriz simboliza os sonhos interrompidos de uma geração militante. A estrutura cíclica e o reencontro final reforçam a persistência da esperança diante do trauma. Assim, a narrativa transforma o amor em metáfora da resistência e da memória.

3. O Teor Testemunhal como rastros de memória

Em um contexto em que a negação da memória histórica consolida-se como estratégia política, a literatura assume um papel crucial na preservação do que Seligmann-Silva (2023) denomina teor testemunhal. Abaixo, estruturou-se o QUADRO 1, que articula trechos do conto a situações históricas factuais, evidenciando como a obra funciona como um “testemunho da barbárie” ao conectar o enredo ficcional aos traumas da ditadura militar no Brasil.

QUADRO 1 – Eixos do Teor Testemunhal

Trecho do conto	Situação histórica factual com referências	Eixo Analítico
“Eram noites de intermináveis reuniões nos idos de 1968... iminência de realizar o 30º Congresso da UNE...” (p.16)	O 30º Congresso da UNE em Ibiúna, planejado secretamente, foi interrompido pela repressão militar e prisões em massa (Napolitano, 1964).	Temático: representação da repressão política e clandestinidade.
“O Congresso de Ibiúna caiu nas mãos da repressão... colocaram os estudantes no Presídio Tiradentes.” (p.16)	A prisão em massa de estudantes em outubro de 1968 marcou a repressão ao movimento estudantil no Presídio Tiradentes (Napolitano, 1964).	Ético-político: leitura da história a contrapelo e denúncia da violência.
“...no final do ano, a ditadura civil-militar edita o famigerado AI-5...” (p.17)	O Ato Institucional nº 5 (1968) suspendeu garantias, ampliando prisões arbitrárias e o poder repressivo (Gaspari, 2004).	Temático: inscrição do terrorismo de Estado na narrativa.
“Saulo é recambiado para Imperatriz, no Maranhão, em 1969...” (p.17)	O PCdoB deslocou militantes para o Araguaia (região do Bico do Papagaio) para preparar a guerrilha rural (Alves, 1984).	Enunciativo: o trauma individual como sintoma de experiência coletiva.
“Em 1972, as forças repressivas descobrem os militantes comunistas... Guerrilha do Araguaia...” (p.18)	A Guerrilha do Araguaia (1972-1974) foi combatida com extrema violência e desaparecimentos forçados (Aragão et al., 2005).	Ético-político: contestação do silenciamento e defesa da memória.

“Em 1979, novos ventos sopram com uma autoanistia promovida pelos militares...” (p.18)	A Lei da Anistia permitiu o retorno de exilados, mas protegeu agentes da repressão contra punições (Ridenti, 2000).	Formal/Enunciativo: tensão entre o dizer e o silenciar institucional.
“...o povo cantava e brindava... Lula da Silva pelo PT ganha as eleições.” (p.19)	Em 2002, a eleição de Lula simbolizou um marco para a esquerda após décadas de resistência e redemocratização (Singer, 2012).	Ético-político: inscrição da obra no debate contemporâneo sobre justiça.
“...ditadura, Guerrilha do Araguaia, exílio, Nova República...” (p.19)	O conto traça o panorama de 1968 aos anos 2000, unindo ditadura, luta armada e redemocratização (Schwarz, 1999).	Formal: reelaboração de experiências de violência e exclusão.

Fonte: Autor, 2026.

O QUADRO 1 evidencia como a literatura opera como categoria hermenêutica para a memória coletiva. Ao reconstruir eventos traumáticos, o conto não se limita ao registro factual, mas instaura uma leitura crítica das relações de poder por meio de estratégias de linguagem marcadas pela tensão entre memória e violência. Essa operação demonstra a importância de se valorizar o cruzamento interdisciplinar, onde a literatura atua como espaço de resistência ao esquecimento e de inscrição do indizível. Para a política, a obra reafirma que o teor testemunhal é um alerta ético: a ficcionalização não anula o testemunho, mas o potencializa como força ativa no enfrentamento aos regimes de verdade oficiais que tentam apagar as atrocidades cometidas pelo Estado.

O conto “Num olhar, um talvez...”, de César Figueiredo (2022 a), afasta-se de uma concepção estritamente biográfica para constituir-se como uma operação textual da repressão sofrida pela juventude militante. Sua narrativa utiliza a “insuficiência representacional” para denunciar os impactos da violência nas trajetórias individuais, articulando o trauma à subjetividade. Figueiredo (2022 A) abre diálogo crítico com a canção “Apesar de você” (1970), de Chico Buarque, cuja letra ironiza o poder autoritário e insiste que o regime não é eterno. O reencontro simbólico de Saulo e Beatriz em 2002 representa a emergência de vozes deslocadas, celebrando a possibilidade do “amanhã” cantado por Chico como um novo ciclo de direitos humanos.

A análise alinha-se à teoria de Lucien Goldmann (1970) sobre o “homem coletivo”, sugerindo que o teor testemunhal não se origina do indivíduo isolado, mas da visão de mundo de um grupo social historicamente situado. O conto carrega a consciência coletiva de uma classe cujos conflitos e desejos são expressos de forma simbólica na narrativa. As personagens transcendem a ficção pura: são emanções de uma geração que, ao desafiar relações díspares de poder, foi perseguida e encarcerada. O testemunho aqui

é entendido como uma inscrição orgânica dos traumas coletivos na materialidade da obra literária.

Os encontros e desencontros do casal funcionam como eixos formais da “fratura histórica” vivida pela militância dos anos 60 e 70. O afeto que surge entre Beatriz e Saulo no CRUSP está entrelaçado ao fervor revolucionário, evidenciando o que Goldmann (1970) chamaria de “estrutura homóloga”: uma sintonia entre a forma narrativa e a estrutura mental de resistência de um grupo. A tensão entre o sonho pessoal e o sacrifício coletivo revela o teor testemunhal em sua face ética, onde a paixão sobrevive às margens da clandestinidade, confrontando a dureza da repressão institucional e da violência física sofrida por ambos.

Se Goldmann oferece a chave para a dimensão coletiva, Walter Benjamin (1987) fundamenta a necessidade de resgatar a experiência comunicável diante da barbárie. O conto de Figueiredo (2022 a) resiste ao declínio da arte de narrar ao transformar a dor em palavra e a fragmentação em memória viva. A história dos amantes preserva o “teor coisal” e o “teor de verdade” da experiência traumática, impedindo que os fatos sejam reduzidos a meros dados informativos. Benjamin ensina que não há documento da cultura que não seja da barbárie, e o conto assume essa função ao narrar o que resta de humano em tempos de brutalidade sistemática.

A memória afetiva que move a narrativa é uma estratégia de linguagem que brota das lacunas da história oficial. É nos silêncios e nos olhares trocados no aeroporto que reside a potência do testemunho enquanto operação textual. “(...) Beatriz troca olhares, abraça-o saudando pelo retorno (...) na sua nova vida que se abria com a anistia possível (...)” (p.19). Esse momento exemplifica a insuficiência da linguagem diante da violência narrada, onde o gesto substitui a palavra impossível. O afeto torna-se, assim, uma forma de resistência simbólica contra o apagamento promovido pelos regimes de verdade vigentes.

A narrativa impõe uma leitura crítica sobre o que foi perdido no silenciamento dos mortos e exilados brasileiros. Cada escolha dos personagens reverbera como uma leitura da história “a contrapelo”, ecoando a melancolia de “Cais” (1972), de Milton Nascimento: “para que tantos caminhos, tantas despedidas?”. O tom reflexivo da canção, situada no auge da repressão, dialoga com a fragmentação do conto, evidenciando o descompasso entre a experiência vivida e a possibilidade de sua representação plena. A literatura, nesse

sentido, opera na fronteira entre a memória e a dor, ocupando o vácuo deixado pela historiografia tradicional.

Nesse horizonte, a concepção de Antonio Candido em *A literatura e a formação do homem* (2004) reforça o teor testemunhal como uma necessidade ética e estética fundamental. A literatura contribui para o equilíbrio emocional ao reconhecer o outro como sujeito legítimo que sofre sob o peso da censura. “Num olhar, um talvez...” dramatiza o afeto que resiste em meio à barbárie, lembrando que a sensibilidade humana não desaparece sob a tortura; ela se dobra e ressurge como flor entre os escombros. Essa função humanizadora é central para que a obra literária atue como testemunho da dignidade contra a violência institucionalizada.

A trajetória de Beatriz e Saulo é, portanto, profundamente política ao humanizar figuras que a narrativa oficial reduziu a números e fichas criminais. Figueiredo (2022a) devolve aos militantes o direito à complexidade subjetiva, desafiando o binarismo herói/inimigo.

Essa perspectiva se alinha aos estudos de Paul Ricoeur (2007), Halbwachs (1990) e Michael Pollak (1989) sobre a memória dos grupos subalternos. Ricoeur argumenta que o testemunho é um esforço ético de nomear o vivido, mesmo que de forma fragmentada, enquanto Pollak defende o relato subjetivo como resistência à violência simbólica dos discursos hegemônicos. O conto de Figueiredo (2022a) atua nesse espaço hermenêutico: ao transformar a narrativa íntima em testemunho ficcional, ele amplia o escopo da memória histórica. O texto incorpora medos e esperanças que a “razão de Estado” tentou apagar, instaurando uma nova interpretação do passado nacional.

Beatriz e Saulo representam todos aqueles cujas trajetórias foram marcadas pelo exílio, pela clandestinidade e pela perda de futuros possíveis. Figueiredo (2022a) nos recorda que o ato de narrar é uma forma de garantir a existência contínua daqueles que foram subalternizados pela história. A obra, assim, reelabora traumas coletivos e se consolida como um espaço de vocalização das vítimas do autoritarismo.

Ao final, o leitor é convocado a reconhecer que lembrar é resistir e que o testemunho é um compromisso ético-político. “Num olhar, um talvez...” não é apenas ficção; é o reencontro de um país com os rastros de sua própria história traumática. Enquanto houver literatura para transmitir as marcas da barbárie, haverá a esperança de que, como os personagens na cena final, possamos enfrentar o passado com sensibilidade e criticidade. Como Beatriz e Saulo no bar, a literatura nos permite responder ao garçom

da história com uma afirmação que é, simultaneamente, memória e porvir: “Sim. Dessa vez, com esperança.” (p. 19).

Considerações Finais

Este estudo teve como objetivo analisar o conto “Num olhar, um talvez...”, de César Figueiredo, a partir da categoria de teor testemunhal, compreendida como chave interpretativa para a leitura de narrativas que elaboram experiências traumáticas vinculadas à ditadura civil-militar brasileira. Parte-se do entendimento de que o testemunho, conforme problematizado por Seligmann-Silva (2003, 2014), não se restringe à narração direta da experiência vivida, mas se manifesta também em formas literárias que, mesmo ficcionais, preservam marcas do trauma histórico, da violência de Estado e dos processos de silenciamento institucional.

O arcabouço teórico adotado dialoga, ainda, com as reflexões de Pollak (1989) acerca da memória como campo de disputa ética e política, especialmente em contextos marcados por regimes autoritários e políticas de esquecimento. Nesse sentido, o conto analisado opera como um dispositivo e ficcional de memória que tensiona a narrativa histórica oficial, reinscrevendo no plano simbólico experiências como o exílio, a clandestinidade, a tortura e os desaparecimentos políticos. O teor testemunhal, entendido aqui como categoria transversal, conforme proposto por estudos contemporâneos do testemunho, permite identificar a presença de uma ética da rememoração que atravessa a estrutura narrativa, independentemente do gênero literário ou do grau de referencialidade empírica.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa fundamentou-se em uma abordagem qualitativa, de natureza interpretativa, ancorada na análise textual e discursiva do conto, com atenção aos procedimentos formais, aos eixos temáticos e às estratégias narrativas que articulam memória individual e história coletiva. Tal percurso metodológico dialogou com a perspectiva benjaminiana (Benjamin, 1994), segundo a qual a narrativa literária não se limita à transmissão factual do passado, mas atua como forma de elaboração crítica da experiência histórica, sobretudo quando esta se apresenta de maneira fragmentada e traumática.

À luz das discussões desenvolvidas, o teor testemunhal deve ser compreendido como uma categoria hermenêutica de caráter transversal, cuja operatividade analítica reside na articulação indissociável entre forma, enunciação, temática e posicionamento

ético-político. Assim, neste artigo ampliou-se o que Seligmann-Silva (2010, 2022) e Souza (2024) conceituaram sobre o assunto, logo ao deslocar o testemunho de uma concepção estritamente biográfica ou documental, esta abordagem permite reconhecer sua emergência em produções ficcionais e híbridas que reelaboram traumas coletivos e experiências históricas de violência, especialmente em contextos marcados por regimes de silenciamento. Fundamentada na perspectiva benjaminiana de leitura crítica da história, a análise evidencia que o teor testemunhal não se limita ao que é narrado, mas se manifesta, sobretudo, no modo como a linguagem se fragmenta, silencia ou falha diante do indizível do trauma, configurando uma estética da insuficiência representacional. Assim, ao sistematizar eixos formais, enunciativos, temáticos e ético-políticos como critérios analíticos, este estudo contribui para o refinamento teórico do conceito, reafirmando sua potência interpretativa para a leitura de narrativas que inscrevem a memória, a violência e a resistência no campo da linguagem, sem reduzi-las a um gênero literário fechado ou a uma lógica meramente classificatória.

A análise evidenciou que o conto constrói seu teor testemunhal por meio da combinação entre economia narrativa, silêncios significativos e estrutura cíclica, elementos que reforçam a impossibilidade de uma representação plena do trauma, conforme apontam os estudos sobre memória e violência. Desse modo, a narrativa não apenas rememora o passado autoritário, mas o reinscreve como problema contemporâneo, inserindo-se nas disputas em torno das políticas de memória e da justiça de transição no Brasil.

Ao mesmo tempo, esse teor testemunhal articula-se à noção de memória coletiva, conforme formulada por Halbwachs (1990), ao deslocar a experiência individual para um horizonte social de reconhecimento e partilha. O testemunho literário, nesse sentido, atua como mediador entre o vivido singular e o imaginário coletivo, produzindo sentidos que resistem à violência simbólica e ao apagamento promovido pelos discursos hegemônicos. Ao incorporar medos, expectativas e silêncios herdados do passado autoritário, o conto reativa camadas latentes da memória social brasileira, instaurando um espaço crítico de elaboração do passado. Desse modo, a literatura se afirma como um dispositivo ético-político de resistência, no qual o teor testemunhal não apenas preserva a memória das vítimas, mas também interroga o presente e suas continuidades históricas.

Referências

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1987.

BENJAMIN, Walter. O narrador. In: __. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BUARQUE, Chico. *Apesar de você*. Intérprete: Chico Buarque. In: BUARQUE, Chico. *Chico Buarque de Hollanda, volume 4*. [S.l.]: Philips, 1970. 1 disco sonoro (LP), estéreo, 33 1/3 rpm. Faixa 4, Lado B.

CANDIDO, Antonio. *A literatura e a formação do homem*. In: CANDIDO, Antonio. *Vários escritos*. 6. ed. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2004. p. 265-279.

CORTÁZAR, Julio. *Alguns aspectos do conto*. In: CORTÁZAR, Julio. *Valise de cronópio*. São Paulo: Perspectiva, 2006.

FIGUEIREDO, César Alessandro Sagrillo. Num olhar, um talvez... In: *Contos da guerra do Araguaia* [livro eletrônico] / organização: Luiza Helena Oliveira da Silva, Dernival Venâncio Ramos Jr. – Araguaína, TO: Universidade Federal do Norte do Tocantins – EDUFNT, 2022-a.

FIGUEIREDO, César Alessandro Sagrillo. As marcas da resistência na literatura de testemunho em Fernando Gabeira e Alfredo Sirkis. In: *Literatura e Autoritarismo*, Santa Maria, n. 39: Resistência à espiral da distopia e do ódio. Jan.-Jun. 2022-b, p. 5-16.

FRANCO, Renato. Literatura e catástrofe no Brasil: anos 70. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003, pp. 355-374.

GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GOLDMANN, Lucien. *Para uma sociologia do romance*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

GOTLIB, Nádia Battella. *Teoria do conto*. São Paulo: Ática, 2006.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Traduzido do original francês *La Mémoire Collective*. 2ª ed. Presses Universitaires de France Paris, França, 1968. São Paulo: Vértice, 1990.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

NASCIMENTO, Milton. *Cais*. Composição:.. Intérprete: Milton Nascimento. In: CLUBE DA ESQUINA. Intérprete: Milton Nascimento e Lô Borges. 1 disco sonoro (LP), estéreo, 33 1/3 rpm. Faixa 1, Lado B. [S.l.]: Odeon, 1972.

- POLLAK, Michael. *Memória e identidade social. Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 200-212, 1989.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: UNICAMP, 2007.
- RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SALGUEIRO, Wilberth. O que é Literatura de Testemunho (e considerações em torno de Graciliano Ramos, Alex Polari e André du Rap). *Matraga*, Rio de Janeiro, v.19, n.31, p. 284- 303, jul./dez. 2012.
- SALLES JÚNIOR, Walter. *Central do Brasil*. Direção:. [S.l.]: Le Studio Canal; Riofilme; 1 bobina cinematográfica (106 min), son., color., 35 mm. MACT Productions, 1998.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. *O local do testemunho*. Revista *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 03–20, 2010. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/1894/1532>. Acesso em: 02 dez. 2025.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. *História, memória, literatura: o testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas, São Paulo: Unicamp, 2023.
- SCHWARZ, Roberto. *Seqüências brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- TODOROV, Tzvetan. *As estruturas narrativas*. In: _____. *Poética da prosa*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.